



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12824 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT08 - Formação de Professores

HÁ LUGAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS TEMAS DA DIVERSIDADE?

Valeska Maria Fortes de Oliveira - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Andrea Becker Narvaes - UNIPAMPA/CAMPUS JAGUARÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Tania Micheline Miorando - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERGS, FIPE -UFSM

HÁ LUGAR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS TEMAS DA DIVERSIDADE?

Resumo: O trabalho está referenciado em uma Rede de Pesquisa Interinstitucional de professoras formadoras atuantes no Ensino Superior de diferentes instituições do sul do Brasil. A inspiração e provocação aos temas vêm da Resolução 02/2015 (BRASIL, 2015), que diz respeito às diversidades e sua organização nos currículos de formação de professores: das diversidades étnicas, de gênero, transgênero, de credo e geracionais, como pautas urgentes. Na pesquisa, elegemos cinco cursos de licenciaturas de universidades públicas do Rio Grande do Sul (RS) e três Institutos Federais, para uma análise documental dos currículos de formação inicial. Seguimos com entrevistas narrativas com gestores, professores formadores e com acadêmicos que se dispuseram a participar, falando das suas experiências com os temas das diversidades nos cursos de licenciaturas. Nossa abordagem de pesquisa é qualitativa, pois nos aproximamos dos sentidos e significados construídos pelos(as) participantes sobre a existência ou não de um lugar para os temas das diversidades na sua vida e na formação inicial. Como resultados da pesquisa encontramos universidades e Institutos Federais em

níveis diferenciados de implantação da política que se relacionam com concepções de formação de professores distintas e em disputas.

Palavras-chave: Formação inicial de professores; Lugar; Diversidades; Políticas de Formação.

Contextualizando nossa pesquisa

Tratamos a Resolução 2/2015 (BRASIL, 2015) como um texto da política de formação de professores. Voltamos nosso olhar para o princípio formativo de profissionais da educação, assim proposto no texto: “compromisso com projeto social, político e ético [...] atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação” (Art. 3º, § 5º, II). Compreendemos tal documento como expressão de uma política de formação de professores que, nos últimos anos, vinha se constituindo em um campo de disputas sobre a concepção de educação escolar e formação de professores (GATTI, 2019). Entendemos, com Stephan Ball (apud MAINARDES, 2006) que uma possibilidade de análise teórica-metodológica das políticas educacionais é o ciclo de políticas, posto que, encontramos um contexto da prática da política, na implementação ou interpretação ativa do princípio da diversidade, no currículo de algumas licenciaturas de Instituições de Ensino Superior (IES), do Rio Grande do Sul (RS). A partir da pesquisa exploratória e descritiva, visualizamos um contexto local onde a diversidade proposta no texto da política é praticada, não sem resistências, configurando-se como espaço potencial de ampliação dos imaginários formativos para uma educação democrática. Postulamos que o saber sobre a diversidade permite o reconhecimento, o respeito e avalorização do outro como parte da vida pública. A formação precisa estar atenta a estes saberes necessários (FREIRE, 1996) à construção de uma sociedade e de uma educação democrática, onde a diversidade traz alternativas e soluções para práticas e comportamentos que não cabem e não podem mais ser tolerados. A escola pública precisa participar conjuntamente deste debate. Compartilhamos com Nóvoa (2022, p. 88) quando diz que a “formação de professores é um espaço central na defesa da escola pública e da profissão docente”. Nossos objetivos com essa investigação em rede foi, primeiramente, conhecer como os currículos dos cursos de cinco licenciaturas de universidades do RS e Institutos Federais haviam organizado suas disciplinas, obrigatórias ou optativas, que contemplassem as temáticas referentes às questões étnico-raciais, de gênero, sexo, credo e geracionais. Num segundo momento, fomos mobilizadas pela curiosidade em escutar, os gestores, coordenadores dos cursos envolvidos ou professores das referidas disciplinas sobre a implantação da Resolução 02/2015 (BRASIL, 2015), pautada nas questões das diversidades. Por último, nos aproximamos da voz das(os) acadêmicas(os) que se dispuseram a participar de rodas de conversa sobre esses saberes na sua vida e formação inicial.

Os caminhos da pesquisa

A pesquisa iniciou com o estudo documental como decisão de conhecermos os currículos dos cursos de licenciaturas em Matemática, Química, Física, Biologia e Pedagogia, de universidades e Institutos Federais do RS. Essa aproximação dos marcos legais de cada instituição e como cada curso organizou tinha, além do objetivo de conhecer as matrizes curriculares, compreender como uma política pública de formação foi sendo implementada pelas universidades públicas e Institutos Federais. Nessa análise documental fizemos o levantamento de como e com que frequência as matrizes curriculares mostravam temas sobre as diversidades étnico-raciais, de gênero, sexualidade, credo e geracionais. A análise documental, entendida como uma forma de “tratamento da informação contida nos documentos acumulados” (BARDIN, 2011, p. 51), foi alicerçada na seleção de fontes primárias, como o texto da Resolução 02/2015 (BRASIL, 2015) e os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das licenciaturas em estudo. Os documentos foram investigados a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), denominada análise temática, destacando-se na observação à questão da diversidade.

O segundo momento da pesquisa foi a partir da produção de entrevistas semiestruturadas, onde pudéssemos dialogar com gestores e professores. Esse momento foi para nós um obstáculo nessa etapa da investigação. Estávamos isolados nas nossas residências, trabalhando remotamente e, com muitas demandas desse desafio do contexto pandêmico. Recebíamos negativas ou nem mesmo a resposta de alguns gestores, que, pelo que avaliamos, não se sentiam em condições de responder pelo curso ou pela instituição. Um terceiro momento da pesquisa foi ouvir a voz dos estudantes. Nosso objetivo foi aproximar os desdobramentos de intenções das políticas de formação no tema das diversidades na vida e trabalho dos(as) acadêmicos(as) e compreender como tinham sido mobilizados para essa disposição. A voz dos(as) acadêmicos(as) se fez presente na participação em rodas de conversa, com entrevistas semiestruturadas.

Na terceira etapa da investigação interessou-nos, pela dimensão qualitativa, conhecer como os sentidos e significados construídos pelos(as) professores(as) em formação inicial, sobre os temas da diversidade em sua vida, se desdobravam na sua docência nas escolas. Mesmo com um número limitado de participantes, ainda em situação de afastamento, as entrevistas foram realizadas por videoconferência, em encontros online. Pelo conjunto das narrativas, tivemos acesso a informações importantes sobre conteúdos, ausências e invisibilidades. Percebemos a necessidade de repertórios a serem incluídos na formação inicial.

A análise de conteúdo mostrou, nos três anos de investigação, a compreensão dos sentidos e significados construídos ainda fragilmente sobre o tema da diversidade na formação. Significado e sentido, nos diz Franco (2005, p. 15), vão para além de suas características definidoras e corpus de significação. Há uma implicação pessoal e objetivada, “que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas”. Este lugar é onde os repertórios de formação estão abertos para as vivências democráticas que a diversidade pede.

Alguns achados da pesquisa em rede

A contribuição e necessidade de conhecermos como as IES vêm discutindo e avaliando para implementar e resistir em relação às tensões nas políticas de formação inicial e continuada no país, trazem dados a partir do sul. Inspiradas na concepção de Sulear, de Santos (2018), apresentamos alguns indícios que ficaram após um trabalho cooperativo de análise e discussão das pesquisadoras e bolsistas envolvidas. Acreditamos que sejam apontamentos importantes a serem pautados na relação com o tema das diversidades. Sabemos que elas exigem a necessidade de uma avaliação cuidadosa dos professores formadores para o estudo na construção de tempos e processos democráticos na Educação Superior, na formação inicial e vivência na Escola.

Destacamos que, no texto da política, a diversidade é tratada como um elemento importante para a formação docente. O texto da Resolução 2/2015 (BRASIL, 2015) tem, ao todo, 8 capítulos e a referência à temática da diversidade é feita 11 vezes, desde as considerações iniciais a constar na maioria dos capítulos (I, II, III, IV e V). A diversidade é considerada ao se constituir pelos princípios vitais: princípio da Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Cap I, § 5º, II); como parte do projeto de formação (Cap I, § 6º, VI); formadora do egresso para a consolidação da educação inclusiva (Cap III); parte do núcleo I e II dos currículos da formação inicial e como conteúdo nos currículos dos cursos de licenciaturas (Cap IV, Art. 12). A diversidade no documento é amplamente compreendida a partir dos aspectos étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural. Por intermédio da leitura dos PPCs, encontramos, na maioria dos cursos, aderência à incorporação da temática da diversidade na formação docente, como proposta no texto da política. Mas a ênfase dada à temática variou, entre algumas licenciaturas, principalmente na área de Exatas, que introduziram até duas disciplinas, enquanto nos cursos de Pedagogia, chegavam a mais de 5 disciplinas. A diversidade era tratada em sua proposta

formativa, mostrando-se em disputas de concepções formativas. Nas licenciaturas das especialidades, a formação ficava centrada no conhecimento científico e seu ensino. Na Pedagogia, a concepção de formação se abria para incorporar, além do conhecimento científico, os conhecimentos culturais e políticos, éticos e estéticos. Aproximava-se, assim, da virada epistemológica, que agrega a concepção de educação enquanto formação a outros saberes, ao lado da ciência.

Mesmo que os imaginários estejam sempre em tensão na sociedade e nas instituições, concordamos com as pesquisadoras de gênero e diversidade na formação continuada quando dizem que "políticas públicas e ações de enfrentamento podem proporcionar mudanças neste cenário de discriminação" (KESSLER, SOARES e BORGES, 2019, p. 85). As autoras em questão, mobilizaram numa IES, um curso de formação continuada em gênero e diversidade com o conteúdo que dizia respeito à expectativa dos(as) acadêmicos(as).

Quando entrevistamos acadêmicos(as) em final de curso, no que diz respeito à abordagem dos temas de gênero e diversidade na sala de aula, parte das respostas sinalizaram sobre a necessidade de uma formação para o seu estudo como proposta que produzisse experiências direcionadas ao trabalho escolar. Compartilhamos com as autoras quando dizem que "o espaço educacional deve incentivar o aprendizado e o respeito às diferenças. Aprender com as diferenças é proporcionar um ambiente mais seguro para a expressão de ideias e desejos" (KESSLER, SOARES e BORGES, 2019, p. 95). A escola é um espaço importante para fortalecer esta formação.

Considerações finais

O que não conseguimos conhecer de perto e gerou ainda curiosidade para continuarmos a pesquisa foi conhecer, por um acréscimo nas nossas referências teóricas, a Resolução 02/2015 (BRASIL, 2015) sob a ótica dos Ciclos de Políticas. Esse referencial já trouxe contribuições importantes para a discussão de políticas de formação de professores em nosso país.

Para além de olhar a implementação desta Resolução como um componente curricular, avançamos na questão de que os temas da diversidade são saberes necessários, conhecimentos pedagógicos da formação e, dimensão do desenvolvimento profissional docente na perspectiva do(a) egresso(a) e do(a) formador(a) ser capaz de consolidar a educação inclusiva e os processos democráticos.

Uma articulação prevista na Resolução 02/2015 (BRASIL, 2015) entre a formação inicial e a continuada permitiria que os temas da diversidade também pudessem ser trabalhados articulados com os professores em formação na universidade e na escola, a formação realizada por dentro da profissão como tem nos provocado Nóvoa (2022).

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 28 de março de 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e

desafios. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, June 2015. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200299&lng=en&nrm=iso. acesso em 28 de Março 2023. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015151909>.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de Conteúdo*. 2.ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A.; ALMEIDA, P. C. A. *Professores do Brasil: novos cenários de formação*. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em 27 fev. 2023.

KESSLER, Cláudia Samuel, SOARES, Josiane Martins e BORGES, Zulmira Newlands. “Curso de formação continuada em gênero e diversidade”: um espaço de ensino e de aprendizagem conjunta. In: MACHADO, Gabriella Eldereti e OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. *Temas Emergentes à Educação. Docências em Movimento no Contexto Atual*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. Disponível em <https://www.pimentacultural.com/livro/temas-educacao-voll>.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, Apr. 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en. Acesso em 28 de março de 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003>.

NÓVOA, António, colaboração de Yara Alvim. *Escola e professores: proteger, transformar, valorizar*. Salvador: SEC/IAT, 2022. Disponível em <https://rosaurasoligo.files.wordpress.com/2022/02/antonio-novoa-livro-em-versao-digital-fevereiro-2022.pdf> Acesso em 28 de março de 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Construindo as Epistemologias do Sul. Antologia Essencial*. v.1. Para um pensamento alternativo de alternativas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.